



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG/SR/PF/TO

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12842907/2019-SELOG/SR/PF/TO

Processo nº 08297.001296/2021-42

PREGÃO Nº 2/2021
(Processo Administrativo n.º 08297.001296/2021-42)

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMUM, SEM CESSÃO DE MÃO DE OBRA, PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO, TIPO AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, OU PISO TETO, COM PROVIMENTO DE MÓDULOS, PARTES, PEÇAS, COMPONENTES E INSUMOS, NAS UNIDADES DA POLÍCIA FEDERAL NO ESTADO DO TOCANTINS, CONFORME CONDIÇÕES DESTES PROJETOS BÁSICOS.

1. **1. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada, para a prestação de serviço de Manutenção Preventiva e Corretiva nos equipamentos de climatização, tipo ar condicionado Split Hi Wall ou Piso Teto, com provimento de módulos, partes, peças, componentes e insumos, nas unidades da Polícia Federal no Estado do Tocantins, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Tabela 01 - Objeto: descrição, quantidades, preço unitário máximo e preço máximo por item.

GRUPO	Item	Descrição	UN	Quant.	Catmat/Catser	Valor unitário (R\$)	Valor máximo aceitável (R\$)
GRUPO 01 - GURUPI/TO	1	Manutenção preventiva mensal - Grupo A	UN	72	3492	171,86	12.373,92
	2	Manutenção preventiva trimestral - Grupo A	UN	24	3492	171,86	4.124,64
	3	Manutenção preventiva semestral - Grupo A	UN	12	3492	171,86	2.062,32
	4	Manutenção preventiva anual - Grupo A	UN	06	3492	179,36	1.076,16
	5	Instalação completa (pronta para uso) de equipamento novo ou usado, incluindo carga de gás e todas as peças necessárias, exceto a tubulação de cobre Grupo A	UN	02	2020	783,33	1.566,67
	6	Retirada completa (condensadora e evaporadora) de equipamento, incluindo lavagem completa Grupo A	UN	02	2020	410,00	820,00
	7	Manutenção Corretiva de ar condicionado tipo split, Hi Wall ou Piso Teto - Grupo A	UN	02	3492	439,53	879,07
	8	Tubulação de cobre, esponjoso e cabo PP (até 24000 BTUs)	Metro Linear	20	35173	126,33	2.526,67
	9	Aletas de saída de ar frio (até 24000 BTUs)	UN	01	150971	180,67	180,67
	10	Compressor (até 24000 BTUs)	UN	01	6335	1.325,00	1.325,00
	11	Carenagem (até 24000 BTUs)	UN	01	150971	350,00	350,00
	12	Motor Ventilador (até 24000 BTUs)	UN	01	150399	673,57	673,57
	13	Placa eletrônica (até 24000 BTUs)	UN	01	409823	921,67	921,67
	14	Turbina (até 24000 BTUs)	UN	01	460041	353,00	353,00
SUBTOTAL GRUPO 01							29.233,36
GRUPO 02 – PALMAS/TO	15	Manutenção preventiva mensal – Grupo B1, B2, B5 e B6	UN	1068	3492	169,36	180.876,48
	16	Manutenção preventiva trimestral - Grupo B1, B2, B5 e B6	UN	356	3492	169,36	60.292,16
	17	Manutenção preventiva semestral - Grupo B1, B2, B5 e B6	UN	178	3492	169,36	30.146,08
	18	Manutenção preventiva anual - Grupo B1, B2, B5 e B6	UN	89	3492	169,36	15.073,04
	19	Manutenção preventiva mensal - Grupo B3	UN	108	3492	311,86	33.680,88
	20	Manutenção preventiva trimestral - Grupo B3	UN	36	3492	306,86	11.046,96
	21	Manutenção preventiva semestral - Grupo B3	UN	18	3492	306,86	5.523,48
	22	Manutenção preventiva anual - Grupo B3	UN	09	3492	306,86	2.761,74
	23	Manutenção preventiva mensal - Grupo B4	UN	48	3492	418,11	20.069,28
	24	Manutenção preventiva trimestral - Grupo B4	UN	16	3492	409,36	6.549,76
	25	Manutenção preventiva semestral - Grupo B4	UN	08	3492	409,36	3.274,88
	26	Manutenção preventiva anual - Grupo B4	UN	04	3492	409,36	1.637,44
	27	Instalação completa (pronta para uso) de equipamento novo ou usado, incluindo carga de gás e todas as peças necessárias, exceto a tubulação de cobre - Grupo B	UN	06	2020	890,00	5.340,00
	28	Retirada completa (condensadora e evaporadora) de equipamento, incluindo lavagem completa - Grupo B	UN	06	2020	440,00	2.640,00
	29	Manutenção Corretiva de ar condicionado tipo split, Hi Wall ou Piso Teto - Grupo B	UN	04	3492	439,53	1.758,12
	30	Tubulação de cobre, esponjoso e cabo PP (até 24000 BTUs)	Metro Linear	80	35173	126,33	10.106,40
	31	Tubulação de cobre, esponjoso e cabo PP (entre 24000 e 48000 BTUs)	Metro Linear	30	35173	144,67	4.340,10
	32	Tubulação de cobre, esponjoso e cabo PP (acima de 48000 BTUs)	Metro Linear	30	35173	163,00	4.890,00
	33	Aletas de saída de ar frio (até 24000 BTUs)	UN	02	150971	200,67	401,34
	34	Aletas de saída de ar frio (entre 24000 e 48000 BTUs)	UN	02	150971	248,33	496,66
	35	Aletas de saída de ar frio (acima de 48000 BTUs)	UN	02	150971	266,67	533,34
	36	Compressor (até 24000 BTUs)	UN	01	6335	1.260,00	1.260,00
	37	Compressor (entre 24000 e 48000 BTUs)	UN	01	6335	1.853,33	1.853,33
	38	Compressor (acima de 48000 BTUs)	UN	01	6335	2.666,67	2.666,67
	39	Carenagem (até 24000 BTUs)	UN	01	150971	376,67	376,67
	40	Carenagem (entre 24000 e 48000 BTUs)	UN	01	150971	441,67	441,67
	41	Carenagem (acima de 48000 BTUs)	UN	01	150971	520,00	520,00
	42	Motor Ventilador (até 24000 BTUs)	UN	01	150399	633,67	633,67

GRUPO	Item	Descrição	UN	Quant.	Catmat/Catser	Valor unitário (R\$)	Valor máximo aceitável (R\$)
	43	Motor Ventilador (entre 24000 e 48000 BTUs)	UN	01	150399	770,00	770,00
	44	Motor Ventilador (acima de 48000 BTUs)	UN	01	150399	790,33	790,33
	45	Placa eletrônica (até 24000 BTUs)	UN	02	150399	881,67	1.763,34
	46	Placa eletrônica (entre 24000 e 48000 BTUs)	UN	02	409823	1.065,00	2.130,00
	47	Placa eletrônica (acima de 48000 BTUs)	UN	02	409823	1.165,00	2.330,00
	48	Turbina (até 24000 BTUs)	UN	01	460041	363,33	363,33
	49	Turbina (entre 24000 e 48000 BTUs)	UN	01	460041	426,67	426,67
	50	Turbina (acima de 48000 BTUs)	UN	01	460041	491,67	491,67
	SUBTOTAL GRUPO 02						418.255,49
VALOR GLOBAL TOTAL						447.488,85	

- 1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de manutenção de ar-condicionado.
- 1.3. Nos preços dos itens 07 e 29 devem constar todos os serviços e peças necessárias ao restabelecimento da operação do aparelho de ar condicionado, exceto se envolver troca de uma ou mais das seguintes peças: **tubulação de cobre, placa eletrônica, compressor, moto ventilador, turbina, carenagem ou aleta**. Havendo necessidade de troca de qualquer das peças citadas, a contratada deverá realizar o serviço com o preço das peças apresentados na tabela acima.
- 1.4. Havendo necessidade de troca de quaisquer outras peças, seus custos devem estar incluídos nos itens 07 e 29.
- 1.5. Os itens 5, 6, 7, 27, 28 e 29 abrangem todas as potências (0 a 60.000 BTUs) de aparelhos de ar condicionado existentes.
- 1.6. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.
- 1.7. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global.
- 1.8. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666 de 1.993.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Justificativa da contratação encontra-se descrita no item 2 do Anexo M: Estudo Técnico Preliminar (19462521).

3. OBJETIVO:

- 3.1. Garantir a disponibilidade dos equipamentos de climatização, permitindo ambientes com faixas de temperatura e umidade adequadas ao trabalho, sem disseminação de agentes nocivos à saúde, visando o bem estar dos usuários, a otimização do consumo energético dos equipamentos e a conservação patrimonial da Polícia Federal.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

- 4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada no item 8 do Anexo M: Estudo Técnico Preliminar (19462521) e abrange a prestação do serviço de manutenção preventiva/corretiva nos aparelhos condicionadores de ar da **SR/PF/TO e Gurupi/SR/PF/TO**.

5. TERMINOLOGIA

TERMO	SIGLA	CONCEITO
Acordo de Nível de Serviço	ANS	Acordo firmado entre a empresa prestadora de serviço (CONTRATADA) e as áreas clientes (requisitantes), que descreve o serviço e suas metas, além dos papéis e responsabilidades das partes envolvidas.
Contratante		Aquele que contrata bens ou serviços de alguém. Para esse Projeto Básico, é a Polícia Federal, representado pela SE/(indicar a SE).
Contratada		Empresa ou profissional contratado para execução de serviços de manutenção de um componente, equipamento ou sistema da edificação.
Disponibilidade		Estado do item quando se encontra capaz de exercer uma função requerida.
Equipe Especializada		Organização ou profissional liberal que exerce função na qual são exigidas qualificação e competência técnicas específicas.
Fiscalização		Atividade realizada de modo sistemático pelo contratante ou seu preposto (fiscal de contrato), especialmente designado, visando verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas.
Garantia		Prazo determinado por lei ou pelo contrato onde permanece a responsabilidade civil do contratado pela solidez e segurança do serviço/item.
Dia útil		Segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados.
Indicador		É a forma de representação quantificável de características de produtos/serviços e processos. É utilizado para acompanhar e melhorar os resultados ao longo do tempo
Insumo		Material de consumo aplicado na execução da manutenção que, em razão de sua natureza, são consumidos quando de sua utilização.
Item		Qualquer parte, dispositivo ou unidade funcional de um componente, equipamento ou sistema da edificação.
Manutenção Corretiva	MC	Conjunto de atividades, serviços e intervenções efetuado após a ocorrência de defeito, falha ou pane, destinado a colocar o item ou a edificação em condições de executar uma função requerida.
Manutenção Preventiva	MP	Conjunto de atividades efetuadas em intervalos predeterminados ou, de acordo com critérios prescritos, destinada a reduzir a probabilidade de falha ou a degradação do funcionamento de um equipamento ou sistema.
Ordem de Serviço	OS	Documento padronizado para atendimento de demandas de manutenção corretiva e/ou preventiva.
Parecer Técnico		Análise crítica sobre determinado assunto, fundamentada em experiência e aptidão técnica, emitida por um especialista daquele ramo do conhecimento ou área de atividade da Empresa, com a apresentação de uma solução.

TERMO	SIGLA	CONCEITO
Qualificação		Ato ou efeito de qualificar; condição obtida por uma entidade e/ou profissional que demonstra capacidade para atender requisitos especificados.
Relatório		Conjunto de informações, utilizado para relatar acompanhamento ou resultados parciais ou totais de uma determinada atividade, experimento, projeto, ação, pesquisa, estudo, ou outro evento.
Tempo de Conclusão		É a diferença entre a “hora:minuto” de término dos serviços e a “hora:minuto” de início da execução dos serviços.
Capacidade técnico-operacional		Refere-se à capacidade operativa da empresa licitante para executar o objeto.
Capacidade técnico-profissional		Refere-se à qualificação dos profissionais que executarão o objeto licitado.

6. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

6.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002. , c/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019.

6.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

6.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6.4. Toda a contratação do presente serviço levará em conta o DEC 7.746/2012 de 05/06/2012 que Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP. ([Redação dada pelo Decreto nº 9.178. de 2017](#))

7. **REGULAMENTAÇÃO**

7.1. Quando da execução dos serviços constantes neste Instrumento, a CONTRATADA deverá obedecer ao estabelecido nas seguintes leis, normas, resoluções e regulamentações técnicas:

- a) ABNT NBR 13971:2014 – Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar e ventilação e aquecimento – Manutenção Programada;
- b) ABNT NBR 16401-1,2 e 3:2008 – Instalações de ar condicionado – Sistemas centrais e unitários;
- c) ABNT NBR 15848:2010 – Sistema de ar condicionado e ventilação – Procedimentos e requisitos relativos às atividades de construção, reformas, operação e manutenção das instalações que afetam a qualidade do ar interior (QAI);
- d) ABNT NBR 15960:2011 – Fluidos frigoríficos – Recolhimento, reciclagem e regeneração(3R) – Procedimento;
- e) ABNT NBR 16186:2013 – Refrigeração comercial, detecção de vazamentos, contenção de fluido frigorífico, manutenção e reparos;
- f) ABNT NBR 5674:2012 – Manutenção de edificações – Requisitos para o sistema de gestão de manutenção;
- g) ABNT NBR 9442:1986 Versão Corrigida: 1988 – Materiais de construção – Determinação do índice de propagação superficial de chama pelo método do painel radiante – Método de ensaio;
- h) ABNT NBR 10152:2017 – Níveis de Pressão Sonora em ambientes internos e edificações;
- i) ABNT NBR 10004:2004 – Resíduos Sólidos – Classificação;
- j) ASTM E 662-06 – Standard Test Method for Specific Optical Density of Smoke Generated by Solid Materials;
- k) Lei 13589/2018 – Dispõe sobre a manutenção de instalações e equipamentos de sistemas de climatização de ambientes;
- l) Portaria 3.523/GM do Ministério da Saúde;
- m) NR 6 – Equipamento de proteção individual – EPI;
- n) NR 7 – Programa de controle médico de saúde ocupacional;
- o) NR 9 – Programa de prevenção de riscos ambientais;
- p) NR-10 – Segurança em instalações e serviços de eletricidade;
- q) Resolução CONAMA nº 267 – Proibição da utilização de substâncias que destroem a Camada de Ozônio;
- r) Resolução CONAMA nº340 – Utilização de cilindros para o envasamento de gases que destroem a Camada de Ozônio;
- s) Resolução CONAMA nº362/2005 e nº 450/2012 – Destinação de óleo lubrificante.

8. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 8.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
 - 8.1.1. Prover as unidades da Polícia Federal no Estado do Tocantins de manutenção preventiva/corretiva nos aparelhos de ar-condicionado da SR/PF/TO e Gurupi/SR/PF/TO;
 - 8.1.2. A presente contratação precisa atender os requisitos legais presentes nos normativos descritos no item 3.2 do presente Estudo Técnico Preliminar;
 - 8.1.3. Necessita atender a demanda de:
 - 8.1.3.1. 06 aparelhos de ar condicionado presentes na Base da Polícia Federal em Gurupi/TO.
 - 8.1.3.2. 108 aparelhos de ar condicionado presentes na Superintendência da Polícia Federal no Tocantins - Palmas/TO.
 - 8.1.4. A contratação deverá atender os seguintes requisitos:
 - 8.1.4.1. Deverá haver manutenção preventiva e corretiva com eventual troca de peças.
 - 8.1.4.2. Será agrupada por localidade e dividida em 3 Itens: 1) manutenção preventiva; 2) manutenção corretiva com cobrança de peças; 3) manutenção corretiva sem cobrança de peças;
 - 8.1.4.3. Para fins da realização da licitação os conceitos e definições a serem utilizados são os abaixo descritos:
 - 8.1.4.3.1 **Manutenção preventiva:** conjunto de rotinas descritas no item 2 do Anexo B - Plano de Manutenção, Operação e Controle.
 - 8.1.4.3.2. **Manutenção corretiva:** serviço de reparo de todos os defeitos, falhas ou irregularidades detectadas, restabelecendo o pleno funcionamento dos equipamentos, bem como a substituição de peças defeituosas ou faltantes;
 - 8.1.4.3.2.1 As peças estão elencadas na lista não exaustiva, Anexo G 18641329 devendo o licitante (para formulação de suas propostas de preços do item 2 "manutenção corretiva com fornecimento de peças") considerar as principais peças e quantitativos constantes daquele anexo.
 - 8.1.4.3.2.2 As manutenções corretivas serão de dois tipos: a) manutenção corretiva com cobrança de peças e b) manutenção corretiva sem cobrança de peças
 - 8.1.4.3.2.3 **Manutenção corretiva com cobrança de peças:** a contratada receberá o pagamento pela mão de obra mais o valor das peças, conforme subitem 1.3;
 - 8.1.4.3.2.4 **Manutenção corretiva sem cobrança de peças:** a contratada receberá o somente o pagamento pela mão de obra devendo arcar com o valor das peças, conforme subitem 1.4;
- 8.1.5. Para formulação das propostas deverão ser considerados as quantidades, marca, modelo, potencia, etc. conforme **Anexo A - Descrição dos equipamentos e localização 18570805**.
- 8.1.6. A contratação será divida em dois grupos por localidade: Gurupi-TO e Palmas-TO, conforme tabela 01. Trata-se de serviço de natureza continuada sem dedicação de mão de obra exclusiva podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 8.1.7. Não haverá necessidade de transição gradual do contrato para transferência de tecnologia ou repasse dos procedimentos uma vez que se trata de serviço de natureza comum.
- 8.1.8. As soluções disponíveis no mercado são as apresentadas no Estudo Técnico Preliminar.

- 8.1.9. É necessária declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 8.1.10. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TERMO DE REFERÊNCIA.
- 8.1.11. Além dos requisitos acima listados, a empresa deverá atender também ao disposto no item 5 do Estudo Técnico Preliminar:
- a) Experiência comprovada de pelo menos 01 ano na prestação de serviços de manutenção de ar condicionado.
 - b) Comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.
 - c) Cadastro no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.
- 8.2. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.
- 8.3. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

9. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 9.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 às 12 horas e das 14:00 às 17:00 horas.
- 9.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 9.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 9.2.2. Os endereços para realização da vistoria são os mesmos onde os serviços serão executados, a saber:
- 9.2.2.1. **Grupo 1 (Gurupi/TO):** Base da Polícia Federal em Gurupi (Endereço: Rua Pará, 1206);
- 9.2.2.2. **Grupo 2 (Palmas/TO):** Sede da Superintendência e prédio locado da Superintendência de Polícia Federal no Estado do Tocantins nos endereços **Quadra 103 Sul (ACSO-01), Av. LO 01, Lote 53, Centro e Quadra 302 Norte (AANE 40), QI 01, Lote 01 (esquina com Avenida LO-08)** .
- 9.3. A vistoria poderá ser agendada pelos telefones: (63) 3236-5404 / 5548 - junto ao Setor de Logística e Administração - SELOG/SR/PF/TO.
- 9.4. A vistoria é facultativa.
- 9.5. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.
- 9.6. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 9.7. Por ocasião da vistoria, ao licitante, ou ao seu representante legal, poderá ser entregue CD-ROM, “pen-drive” ou outra forma compatível de reprodução, contendo as informações relativas ao objeto da licitação, para que a empresa tenha condições de bem elaborar sua proposta

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 10.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 10.1.1. Todos os serviços serão executados em dias úteis, entre 8h00min e 18h00min. Eventuais serviços de manutenção aos finais de semana ou fora desse horário só serão permitidos em comum acordo com o fiscal do contrato.
- 10.1.2. Nos casos em que os serviços forem realizados em unidade da Polícia Federal situada em condomínios, como Shopping Centers ou Aeroportos, os mesmos deverão ser realizados nos horários admitidos pelas respectivas Administrações e em conformidade com as regras por elas estabelecidas.
- 10.1.3. Os serviços que causarem incômodo aos usuários ou servidores da Polícia Federal, como colocação de escadas e andaimes, aplicação de produtos químicos, como materiais de acabamento e proteção superficial, sanitização e higienização, deverão ser previamente informados e agendados com a fiscalização do contrato.
- 10.1.4. Em casos excepcionais, a CONTRATADA poderá executar serviços de manutenção corretiva comum aos finais de semana e feriados. Os chamados para esses casos serão realizados via telefone de plantão que deverá ser fornecido conforme subitem 10.4.1 alínea “d”). Posteriormente, no primeiro dia útil subsequente, uma ordem de serviço será enviada por e-mail para registros de atendimento.
- 10.1.5. O prazo de atendimento é de 24 horas contadas a partir do acionamento da contratada.
- 10.2. **Manutenção preventiva**
- 10.2.1. A manutenção preventiva consiste nos serviços de vistorias e testes de funcionamento dos equipamentos e sistemas, medições, revisões, limpeza, bem como apontamentos para correções de itens danificados e outros.
- 10.2.2. A CONTRATADA deverá elaborar e executar o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC – conforme definido na Lei 13589/2018 e nas diretrizes da Portaria 3.523/GM do Ministério da Saúde. O PMOC deverá ser elaborado abrangendo as informações apresentadas no Anexo B, item 1, “Modelo de PMOC”.
- 10.2.3. O PMOC deverá conter, no mínimo, os serviços de manutenção preventiva e suas periodicidades estabelecidos pelo Anexo B, item 2, “Rotinas de manutenção Preventiva”. Nos casos em que a CONTRATADA avaliar que há necessidade de outras rotinas ou de alteração das existentes, somente serão implementadas se autorizadas pela CONTRATANTE.
- 10.2.4. A CONTRATADA deverá elaborar um PMOC específico para cada Unidade de Atendimento listada no Anexo A.
- 10.2.5. A execução do PMOC deve ser realizada em conjunto com as recomendações de manutenção mecânica da NBR 13.971/2014, visando ao bom funcionamento e ao desempenho térmico dos equipamentos, permitindo o correto controle dos ajustes das variáveis de manutenção e controle dos poluentes dos ambientes.
- 10.2.6. Todos os produtos utilizados na limpeza dos componentes dos equipamentos de climatização devem ser biodegradáveis e estarem devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim.
- 10.2.7. As manutenções preventivas serão registradas em formulários elaborados pela CONTRATADA, similares aos exemplos do Anexo C “Modelo de formulário de manutenção preventiva”, os quais deverão ser apresentados à CONTRATANTE, conforme a conveniência do fiscal do contrato.
- 10.2.8. Os formulários, com as rotinas de manutenção preventiva executadas, são documentos comprobatórios oficiais, que, além do caráter orientativo, têm função de relatar as atividades desenvolvidas e os problemas detectados.
- 10.2.9. A CONTRATADA responde pela veracidade dos dados apresentados no referido documento, no que tange a serviços, quantidades, prazos, observações e demais informações.
- 10.2.10. A CONTRATADA deverá indicar nos formulários de manutenção preventiva os serviços a serem executados a título de Manutenção Corretiva, para análise e posterior emissão de Ordem de Serviço a critério do fiscal técnico do contrato.
- 10.2.11. A CONTRATADA deverá fornecer e fixar “Ficha Histórico” em cada equipamento relacionado no Anexo A, conforme modelo do Anexo D “Modelo de ficha histórico”, durante a realização da 1ª manutenção preventiva no equipamento.
- 10.2.11.1. As fichas deverão ser preenchidas sempre após cada intervenção de manutenção preventiva ou corretiva.
- 10.2.11.2. Na ficha histórico de cada equipamento deverá constar a data das manutenções, o tipo (preventiva ou corretiva) e assinatura do executante.
- 10.2.12. A manutenção preventiva poderá ser antecipada em função do atendimento de uma manutenção corretiva, desde que previamente autorizada pela CONTRATANTE.
- 10.2.13. A contratada deverá, semestralmente, proceder com a Avaliação e Controle do ar ambiental interior dos ambientes climatizados de uso coletivo.
- 10.3. **Manutenção corretiva**
- 10.3.1. Entende-se por manutenção corretiva os serviços realizados para restabelecer as características de funcionamento das instalações, complementando, substituindo, reparando ou isolando itens e materiais danificados, compreendendo toda mão de obra e material inerentes a essas intervenções, podendo ser executada durante ou após a Manutenção Preventiva ou com base em demandas avulsas de solicitantes.
- 10.3.2. Os serviços de manutenção corretiva deverão ser atendidos pela CONTRATADA após o recebimento da Ordem de Serviço encaminhada pela CONTRATANTE em arquivos eletrônicos, em formato de planilha ou de PDF.
- 10.3.2.1. A CONTRATADA poderá utilizar modelo próprio de Ordem de Serviço desde que contenham todas as informações contidas no Anexo E “Modelo de Ordem de Serviço”.
- 10.3.2.2. Não será admitida a alegação de falta de recursos, tais como telefone, rádio, acesso à Internet, kits de ferramentas, recursos humanos, impressora, etc., para o não recebimento ou não atendimento/conclusão das Ordens de Serviço por parte da CONTRATADA.
- 10.3.2.3. A fiscalização do contrato poderá programar a execução de manutenção corretiva quando necessário, por conveniência, oportunidade, comprovada falta de material no mercado ou por dificuldades de execução, circunstâncias estas serão aferidas pela própria fiscalização.
- 10.3.2.4. Toda manutenção corretiva deve ser previamente autorizada pelo fiscal técnico.
- 10.3.2.5. Ao final de cada atendimento corretivo a CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE uma Ordem de serviço devidamente preenchida, em que deverão constar, de forma legível, no mínimo os seguintes dados, considerando-se a aplicabilidade de cada atendimento:

- a) Número da Ordem de Serviço;
- b) Local de atendimento;
- c) Identificação do equipamento;
- d) Data e hora do encaminhamento da OS pela Polícia Federal;
- e) Data e hora de término dos serviços / solução do chamado;
- f) Descrição do defeito constatado;
- g) Descrição da solução/serviços aplicados;
- h) Relação das peças substituídas;
- i) Outras observações relativas ao funcionamento do equipamento ou sistema;
- j) Identificação do técnico da CONTRATADA que executou o serviço: nome legível completo, número do CPF;
- k) Identificação do servidor da Polícia Federal para atesto dos serviços: nome, matrícula e assinatura;

10.3.2.6. Nos casos em que não haja condição de conserto dos equipamentos nas dependências da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá retirar as peças ou partes dos equipamentos defeituosos para a realização do conserto, mediante autorização formal da fiscalização. A retirada de peça ou equipamento deverá ser relatada na respectiva Ordem de Serviço.

10.3.2.7. Todas as despesas relativas a embalagem, transporte e qualquer encargo sobre as peças ou partes retiradas, bem como aquelas porventura advindas de perdas, avarias ou danos causados correrá às expensas da CONTRATADA.

10.4. Prazos

10.4.1. Deverá ser realizada, obrigatoriamente, em no máximo **5 (cinco) dias úteis** contados após a data de assinatura do contrato, reunião inicial entre a CONTRATADA e a fiscalização do contrato. Nessa reunião a CONTRATADA deverá apresentar:

- a) Relação dos profissionais que compõe a equipe de manutenção, contendo nome, qualificação, CPF e RG;
- b) Documentação comprobatória dos requisitos de cada funcionário elencado no Anexo K (19652876) “Requisitos e atribuições para a equipe de manutenção”, por meio de cópia dos certificados de cursos;
- c) Carta com designação do preposto, que terá amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos operacionais e administrativos relacionados ao objeto do contrato;
- d) Número(s) de telefone e-mail(s) para que a CONTRATANTE possa encaminhar chamados de manutenção, inclusive aos finais de semana.

10.4.2. Ao final da reunião citada no subitem 10.4.1 a CONTRATANTE fornecerá a Autorização de Serviço Inicial.

10.4.3. A CONTRATADA apresentará o cronograma completo, para atendimento da manutenção preventiva e implantação do Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC, contemplando o período do contrato, em no máximo **5 (cinco) dias úteis** contados após o recebimento da Autorização de Serviço Inicial, emitida pelo fiscal do contrato.

a) O fiscal do contrato, de comum acordo com a CONTRATADA, poderá realizar alterações no cronograma a qualquer tempo, em casos decorrentes de fatores imprevisíveis ou impeditivos, cabendo à CONTRATADA proceder com as atualizações e as reprogramações de atendimento necessárias.

b) A CONTRATANTE terá o prazo de até **3 (três) dias úteis**, contados após a entrega do documento, para sua análise e aceitação, ou devolução à CONTRATADA para as devidas correções.

10.4.4. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços objeto do contrato no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** contados após o recebimento da Autorização de Serviço Inicial, emitida pelo Gestor Operacional.

10.4.5. As vias da ART (ou TRT), com as comprovações do recolhimento das taxas devidas, deverão ser apresentadas ao fiscal do contrato em no máximo **10 (dez) dias úteis** contados após recebimento da Autorização de Serviço Inicial.

10.4.6. A CONTRATADA deverá realizar a 1ª (primeira) manutenção preventiva em cada equipamento relacionado no Anexo A em até **90 (noventa) dias corridos** contados após o recebimento da Autorização de Serviço Inicial.

10.4.7. A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, para aprovação, o PMOC elaborado para cada unidade da Polícia Federal em no máximo **10 (dez) dias úteis** após a 1ª (primeira) manutenção preventiva realizada na respectiva unidade.

a) A CONTRATANTE terá o prazo de até **8 (oito) dias úteis** contados após a entrega do(s) documento(s), para sua análise e aceitação, ou devolução à CONTRATADA para as devidas correções.

b) Após aceitação formal da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá encaminhar uma via do PMOC a cada unidade da Polícia Federal atendida pelo Contrato, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**.

10.4.8. A CONTRATADA terá um tempo de conclusão para os chamados de manutenção corretiva de no máximo **5 (cinco) dias úteis**.

10.4.9. A CONTRATADA deverá encaminhar à fiscalização do contrato, até o **3º (terceiro) dia útil do mês subsequente** à realização dos serviços o Relatório Técnico Mensal devidamente assinado pelos responsáveis técnicos, conforme descrito no subitem 10.5.1.

a) A CONTRATANTE terá o prazo de até **3 (três) dias úteis** contados após a entrega do documento, para sua análise e aceitação, ou devolução à CONTRATADA para as devidas correções.

10.5. Relatório Técnico

10.5.1. O Relatório Técnico Mensal deverá ser entregue em meio digital, contendo obrigatoriamente:

- a) Número do contrato e descrição do objeto;
- b) Período a que se refere o relatório;
- c) Manutenções preventivas: apresentação de todas as rotinas de manutenção executadas e pendentes, conforme cronograma anual descrito no subitem 10.4.3 e formulários originais das rotinas de manutenção preventiva, devidamente preenchidas pela CONTRATADA, assinadas pelo seu Responsável Técnico e pela fiscalização do contrato;
- d) Manutenções corretivas: Indicação das intervenções pendentes; Ordens de Serviço de manutenção corretiva executadas, devidamente preenchidas pela CONTRATADA, assinadas pelo Responsável Técnico e pelo fiscal do contrato; Consolidação dos tempos gastos na execução das Ordens de Serviço durante o mês e o acumulados desde o início da execução do contrato; Percentual de OS executadas dentro do prazo e fora do prazo;
- e) Planilha de medição com a consolidação dos serviços de manutenção corretiva, materiais, peças e serviços por demanda, contendo a descrição e os quantitativos, relacionados ao mês de referência e o acumulado durante a vigência do contrato;
- f) Relatórios, laudos, pareceres, termos de compromisso, declarações e certificados que por ventura foram executados no mês da realização dos serviços.

10.6. Condições de aceitação

10.6.1. Os serviços técnicos efetuados pela CONTRATADA somente serão efetivamente aceitos pela fiscalização da CONTRATANTE após aprovação, pela fiscalização do Contrato, do Relatório Técnico Mensal, conforme subitem 10.5.1.

10.6.2. Somente após aprovação do Relatório Técnico Mensal, por parte da fiscalização da Polícia Federal, a CONTRATADA poderá emitir a nota fiscal eletrônica e enviar à Polícia Federal para pagamento.

10.7. Materiais, peças e ferramentas

10.7.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, inclusive os de EPI, para que seus funcionários exerçam suas atividades, sendo que, em nenhum momento a Administração ficará obrigada a fornecer os materiais de consumo e insumos necessários a prestação do serviço a ser contratado. Cabe à CONTRATADA o provimento dos seguintes tipos de materiais, peças e ferramentas:

- a) Peças, materiais listados no Anexo G “Planilha de Custos de Peças, Componentes e Serviços por Demanda”: para aplicação nos serviços de manutenção corretiva, e que serão pagos à CONTRATADA conforme a demanda utilizada;
- b) Materiais listados no Anexo J “Relação de Materiais de Consumo”: que deverão ser utilizados nos serviços de manutenção preventiva e corretiva, e que já estão contemplados nos custos de administração, não devendo ser lançados como custos adicionais à CONTRATANTE.

10.7.2. Para a perfeita execução das atividades de manutenção a CONTRATADA deverá manter a todo instante, no mínimo, as ferramentas e equipamentos constantes no Anexo L “Ferramentas e Equipamentos Básicos”, que já estão contemplados nos custos de administração, não devendo ser lançados como custos adicionais à CONTRATANTE.

a) Se comprovada a falta de um dos itens constantes no Anexo L “Ferramentas e Equipamentos Básicos” pela fiscalização, ao longo da execução contratual, a empresa Contratada ficará sujeita às sanções cabíveis.

10.7.3. Por conveniência ou vantagem econômica, acomodado às circunstâncias, a CONTRATANTE poderá fornecer os materiais e peças (listados ou não na “planilha de Custos de Peças, Componentes e Serviços por Demanda”) necessários para os serviços. Neste caso, a CONTRATADA não arca com garantias sobre o material e peça aplicada, mas somente com a mão-de-obra.

10.7.4. Todos os materiais e peças a serem empregados nos serviços deverão ser de qualidade igual ou superior e com características iguais ou similares aos existentes na unidade, desde que aprovado pelo fiscal técnico do contrato. O fiscal técnico do contrato poderá inclusive recusar quaisquer materiais que não estejam em conformidade.

10.7.5. As peças ou materiais recusados pelo fiscal técnico do contrato deverão ser substituídos pela CONTRATADA, imediatamente, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE.

10.8.	Garantia
10.8.1.	Cabe à CONTRATADA a garantia dos serviços e materiais aplicados em conformidade ao Art. 26 da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), inclusive após o término do contrato, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE.
10.8.2.	O prazo de garantia terá início no “Data e hora de conclusão do chamado” registrado em Ordem de Serviço ou formulário de manutenção preventiva.
10.9.	Ações de responsabilidade ambiental
10.9.1.	Todos os produtos utilizados na limpeza dos componentes dos sistemas de climatização devem ser biodegradáveis e estarem devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim.
10.9.2.	A CONTRATADA será a responsável pela classificação, o acondicionamento, o transporte e a destinação ambientalmente correta de quaisquer resíduos (materiais, peças, equipamentos, entulhos) gerados durante a execução dos serviços objetos deste Instrumento, conforme prática adotada na Polícia Federal, aplicada aos recicláveis comuns (metal, papel, vidro e plástico), resíduos diversos (compatibilizada com o Zoneamento Ambiental de que trata a Lei n.º 6.938/81) e resíduos sólidos (conforme condições tratadas na Lei 12.305/10).
10.9.3.	A CONTRATADA deverá responsabilizar-se, civil e criminalmente, por qualquer acidente, inclusive perante terceiros, envolvendo resíduos tóxicos relacionados à execução dos serviços.
10.9.4.	Responsabilizar-se-á também pelo local onde serão despejados os resíduos provenientes das atividades de manutenção, não cabendo a Polícia Federal nenhum ônus em caso de multa ou qualquer tipo de sanção imposta por órgão público fiscalizador, quando constatada alguma irregularidade.
10.9.5.	A CONTRATADA deverá obedecer às recomendações estabelecidas na Resolução CONAMA nº 267, que dispõe sobre a proibição da utilização de substâncias que destroem a Camada de Ozônio.
10.9.6.	A CONTRATADA ficará obrigada a recolher os fluidos refrigerantes dos aparelhos de ar condicionado por meio de recolhimento ativo com auxílio de equipamento de sucção e cilindros de armazenagem apropriados.
10.9.7.	Todo óleo lubrificante usado ou contaminado será, obrigatoriamente, recolhido e terá uma destinação adequada, de forma a não afetar negativamente o meio ambiente.
10.9.8.	Responsabilizar-se-á pela destinação final de óleos lubrificantes usados contaminados não regeneráveis, através de sistemas aprovados pelo órgão ambiental competente.
11.	MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO
11.1.	Os principais atores que participarão da gestão do contrato são o fiscal (por parte da Administração) e o preposto (por parte da contratada).
11.2.	A comunicação entre ambos dar-se-á por meio de e-mail, telefone, ou aplicativos de comunicação instantânea (whatsapp). Os números e endereços serão acordados entre ambos logo na primeira reunião para a partida do contrato.
11.3.	A medição dos serviços realizados dar-se-á da forma "sim" ou "não", não havendo possibilidade de execução (e pagamento) parcial. Dessa forma, as rotinas descritas no Anexo B devem ser realizadas em sua totalidade para que a contratada faça jus ao pagamento.
11.4.	O método de avaliação da conformidade dos serviços entregues será o acompanhamento e a inspeção visual direta;
11.5.	A contratada deverá manter todas as condições nas quais o contrato foi assinado, especialmente quanto à qualificação do pessoal empregado. Quando de eventual substituição, o novo empregado deve ter as qualificações mínimas descritas no Anexo K - Requisitos e atribuições para a equipe de manutenção.
11.6.	CONTRATADA deverá substituir os seus técnicos quando houver necessidade, por solicitação formal da fiscalização.
11.7.	Subentendem-se inclusive como objeto dos procedimentos de manutenção deste Projeto Básico todos os equipamentos e suas instalações, partes, componentes, acessórios, interligações, comando e proteções, elétricas e eletrônicas. Define-se, portanto, como limites de responsabilidade dos serviços da CONTRATADA:
a) Instalações elétricas – a partir e inclusive, dos disjuntores dos quadros elétricos dos circuitos de alimentação até os equipamentos.	
b) Drenos – desde o equipamento até a rede de coleta.	
11.8.	Os serviços executados deverão manter as características das instalações existentes, com ênfase na padronização do imóvel, preservando as condições de funcionamento, segurança e qualidade do ar. Quaisquer alterações nestas características, se necessárias, somente poderão ser feitas mediante prévia consulta, por escrito, à fiscalização do contrato e sua posterior autorização.
11.9.	A CONTRATADA deverá substituir os seus técnicos quando houver necessidade, por solicitação formal da fiscalização.
11.10.	Durante os serviços nas instalações, a CONTRATADA deverá adotar sinalização adequada de segurança, destinada à advertência e à identificação, obedecendo ao disposto na NR-26 – Sinalização de Segurança, de forma a atender, dentre outras, as situações a seguir:
a) Identificação de circuitos elétricos;	
b) Restrições e impedimentos de acesso;	
c) Delimitações de áreas;	
d) Sinalização de áreas de circulação, de vias públicas, de veículos e de movimentação de cargas.	
11.11.	A CONTRATADA é responsável pela remoção e recolocação de forros, portas, grades, proteções ou qualquer empecilho ao acesso aos equipamentos mantidos, bem como pela contratação do serviço de terceiros, de locação/aquisição de máquinas e equipamentos que possam ser necessários à realização dos serviços.
11.12.	Sempre após a conclusão de cada serviço a CONTRATADA deverá entregar os locais limpos e livres de qualquer detrito.
11.13.	A Polícia Federal reserva-se o direito de alterar a localização dos equipamentos dentro do âmbito da Superintendência Regional, conforme Anexo A, não acarretando a si quaisquer ônus adicionais.
12.	ANEXOS
12.1.	Anexo A - Descrição dos Equipamentos e Localização (SEI 7347655).
12.2.	Anexo B - PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle (SEI 7350826).
12.3.	Anexo C - Formulário de Manutenção Preventiva (SEI 7350989).
12.4.	Anexo D - Ficha Histórico (SEI 7360671).
12.5.	Anexo E - Ordem de Serviço (OS) (SEI 7360789).
12.6.	Anexo F - Planilha de Custos e Formação de Preços (SEI 7361007).
12.7.	Anexo G - Planilha de Componentes, Peças e Serviços (SEI 7361229).
12.8.	Anexo H - Planilha de Medição (SEI 7361444) - Não será aplicado nesta contratação.
12.9.	Anexo I - Acordo de Nível de Serviço (ANS) (SEI 7361568) - Não será aplicado nesta contratação.
12.10.	Anexo J - Relação de Materiais de Consumo (SEI 7362116).
12.11.	Anexo K - Atribuições e Requisitos da Equipe de Manutenção (19652876)
12.12.	Anexo L - Equipamentos e Ferramentas (SEI 7362447).
12.13.	Anexo M - Estudo Técnico Preliminar.
13.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
13.1.	Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
13.2.	Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
13.3.	Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
13.4.	Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
13.5.	Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
13.6.	Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
13.6.1.	exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

- 13.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 13.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 13.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 13.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 13.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 13.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 13.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.12. No que diz respeito a critérios e práticas de sustentabilidade nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.
- 13.13. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano), obedecendo às seguintes diretrizes:
- a) é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402;
- b) quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução;
- c) a SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente;
- d) quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração.
- 14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 14.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 14.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 14.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 14.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 14.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 14.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedor – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 14.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadiplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 14.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 14.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 14.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 14.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 14.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 14.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 14.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 14.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 14.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 14.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 14.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 14.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 14.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 14.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 14.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 14.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 14.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 14.23. Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 14.24. Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
- 14.25. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 15. DA SUBCONTRATAÇÃO**
- 15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

16. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
17. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**
- 17.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 17.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 17.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 17.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 17.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 17.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 17.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 17.12. O fiscal técnico deverá apresentar, ainda que verbalmente, ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 17.13. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 17.14. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 17.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 17.16. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 17.17. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 17.17.1. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 17.17.2. A fiscalização técnica da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 17.17.3. Averiguação *"in loco"* - por amostragem - da realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva prestados e se foram seguidos os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;
- 17.18. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 17.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
18. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**
- 18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 18.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 18.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 18.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.
- 18.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato
- 18.3.1.2. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 18.3.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 18.3.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.
- 18.3.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 18.3.2.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 18.3.2.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 18.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 18.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 18.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 18.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 18.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 18.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

19. DO PAGAMENTO
- 19.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 19.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.1.2. O valor do resultado da licitação que irá gerar o respectivo termo de contrato serve tão somente como referência tendo em vista que **SÓ SERÁ EFETUADO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS EFETIVAMENTE PRESTADOS**, mediante apresentação das respectivas notas fiscais atestadas pelo fiscal do contrato.
- 19.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.
- 19.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 19.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 19.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 19.4.1. o prazo de validade;
- 19.4.2. a data da emissão;
- 19.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 19.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 19.4.5. o valor a pagar; e
- 19.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 19.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 19.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 19.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 19.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 19.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 19.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 19.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 19.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 19.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 19.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 19.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 19.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 19.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 19.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 19.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 19.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:
- $$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- $$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438, \text{ assim apurado:}$$
- $$I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438$$
- TX = Percentual da taxa anual = 6%
- 365

20. **REAJUSTE**
- 20.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 20.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 20.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 20.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 20.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 20.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 20.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 20.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

21. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**
- 21.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
- 21.1.1. Tendo em vista não gerar cláusula demasiadamente onerosa que frustre o caráter competitivo da contratação;
- 21.1.2. Considerando o baixo valor do contrato e a natureza da aquisição.

22. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
- 22.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 22.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

- 22.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 22.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 22.1.5. cometer fraude fiscal.
- 22.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 22.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 22.2.2. Multa de:
- 22.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 22.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 22.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 22.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e
- 22.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- 22.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
- 22.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 22.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos
- 22.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.
- 22.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 22.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 22.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01

- 22.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 22.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 22.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 22.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 22.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 22.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 22.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 22.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 22.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 22.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 22.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

23. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**

23.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

23.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

23.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelas licitantes são aqueles que constam previstos no Edital.

23.4. A CONTRATADA deverá atender as seguintes exigências de qualificação técnica:

23.4.1. **Capacidade Técnico-Profissional:** A equipe de manutenção que atenderá as Unidades da Polícia Federal compreenderá, no mínimo, os profissionais com as qualificações mínimas dispostas no Anexo K “Requisitos e atribuições para a equipe de manutenção”.

23.4.2. A CONTRATADA, na figura de seus responsáveis técnicos, deverá apresentar as Anotações (Termos) de Responsabilidade Técnica – ART (TRT), registradas no CREA/TO (CRT/TO), de caráter anual, referente aos serviços de manutenção objeto da presente contratação, devidamente preenchidas e pagas.

23.4.3. A CONTRATADA deverá encaminhar à Fiscalização da Polícia Federal, em caso de alteração no quadro de funcionários, a documentação comprobatória dos requisitos de cada profissional.

23.4.4. A CONTRATADA deverá encaminhar e manter atualizada junto à Fiscalização da Polícia Federal a relação dos nomes, número do CPF e do RG dos técnicos que executarão os serviços deste contrato, para fins de autorização de acesso às unidades da Polícia Federal.

23.5. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

23.5.1. Valor Global por Grupo da seguinte forma:

23.5.1.1. Grupo 1 Gurupi: **R\$ 29.233,36 (vinte e nove mil duzentos e trinta e três reais e trinta e seis centavos)**

23.5.1.2. Grupo 2 Palmas: **R\$ 418.255,49 (quatrocentos e dezoito mil duzentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e nove centavos)**

23.6. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global por grupo.

23.7. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

24. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

24.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 447.488,85 (quatrocentos e quarenta e sete mil quatrocentos e oitenta e oito reais e oitenta e cinco centavos)**

25. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

25.1. A contratação se dará com dotação orçamentária do exercício 2021, suportada pela cota de custeio destinada a SR/PF/TO conforme Portaria da Direção Geral da Polícia Federal.

Palmas/TO, na data da assinatura eletrônica.

(Assinado Eletronicamente)
RENAN ARAGÃO COSTA MELO
Agente de Polícia Federal

(Assinado Eletronicamente)
PAULO AUGUSTO TATSCH
Perito Criminal Federal
GTED/SELOG/SR/PF/TO



Documento assinado eletronicamente por **RENAN ARAGAO COSTA MELO**, Agente de Polícia Federal, em 18/11/2021, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **21083393** e o código CRC **98662010**.